

CAPITAL FICTÍCIO E CAPITAL PRODUTIVO: UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA DE SUA INTER-RELAÇÃO E AS CONSEQÜÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Lívia de Cássia Godoi Moraes

livia.moraes@ymail.com

Doutorado em Sociologia – IFCH/Unicamp. Bolsista Capes.

Resumo: Muitos estudiosos das áreas de ciências sociais e ciências sociais aplicadas têm convencionado chamar a fase atual da economia como “capitalismo financeiro”, “mundialização financeira”, “financeirização do capital” e similares. Independentemente da denominação, trata-se da análise da prevalência do capital fictício sobre o capital produtivo. Ao nosso ver, estas duas esferas estão fortemente imbricadas, de modo que a autonomia da esfera financeira com relação à esfera produtiva não é senão relativa. Nosso objetivo é compreender as inter-relações entre o movimento do capital fictício, ou seja, as aberturas de capital e reestruturações financeiras, nas empresas privadas brasileiras, e as respectivas implicações para o mundo do trabalho e, mais especificamente, para os trabalhadores nelas inseridos ou a elas relacionados. É possível a partir desta análise apontar para os novos estranhamentos que resultam desta nova forma de acumulação do capital. Uma análise materialista histórico dialética deste contexto é que nos permite nos aprofundar em torno das contradições inerentes ao sistema capitalista, as crescentes reestruturações tecnológicas e organizacionais nas empresas, os processos de terceirização, os cortes nos números de trabalhadores, a mudança no perfil de trabalhador requerido etc. Perpassa estas questões a recente crise mundial – crise estrutural do capital para alguns – a qual ratifica a importância da nossa análise em buscar entender a participação e as respostas dos trabalhadores ao movimento do capital na esfera financeira.

A constituição de um modo de acumulação predominantemente financeiro

A década de 1970 se caracterizou por dar início a uma crise que na sua forma fenomênica aparece como sendo uma crise do petróleo, crise do fordismo ou crise da modernidade. De fato, o que os analistas que tomam por referencial autores marxistas acreditam que está em pauta é uma crise estrutural do capital.

Antes desta, a crise de maiores conseqüências foi a de 1929, que foi seguida de duas grandes guerras mundiais. Através da destruição produtiva pôde se recompor, tanto é que o período pós-segunda guerra foi denominado como “trinta gloriosos” ou “era do ouro” ou “anos dourados”. De 1945 a 1973 houve um grande avanço em termos de produtividade e acumulação de capital, dados os aprendizados tecnológicos das Guerras e a experiência da produção taylorista-fordista neste período, que repercutiu de forma eficiente posteriormente a ela, no que foi denominado em termos políticos de Estado de Bem Estar Social. Este modelo de produção se caracterizou por aguda vigilância de movimentos repetitivos, reforçado pela esteira fordista, um modelo dito rígido, de produção em massa, verticalizado, fortemente controlado por uma hierarquia rigorosa. Entretanto, este modelo foi acompanhado, à princípio, por altos salários que, somados aos benefícios do Estado de Bem Estar Social, mantiveram os trabalhadores em grande parte silenciados.

Na década de 1970 o Estado já não respondia às demandas sociais, as manifestações de 1968 já dava indícios deste esgotamento, da mesma forma, a concorrência capitalista fez com que os salários sofressem queda.

Havia neste momento uma disputa política entre os modelos keynesiano e neoliberal como formas de recuperação da economia. Os adeptos da teoria de Keynes reforçavam a idéia de que foi o pleno emprego e os altos salários que possibilitaram o aumento do consumo nos Trinta Gloriosos, já os neoliberais afirmavam que a liberdade do mercado, através da redução da participação do Estado, era a melhor saída para a crise.

Prevaleceu a ideologia neoliberal, implementada por Margareth Thatcher na Inglaterra (1979) e Ronald Reagan nos EUA (1980), que, apesar do discurso de Estado mínimo, este passou a ter um novo papel, bastante relevante, de salvaguardar e alicerçar os interesses do mercado. É preciso ter claro que não é

apenas uma questão de escolha ideológica, mas produto da dinâmica da realidade concreta.

[...] as dificuldades específicas das economias europeias em ultrapassar a crise e reabsorver o desemprego foram atribuídas à rigidez estrutural herdada do período keynesiano: excesso de regulamentação do mercado de trabalho, compartimentação dos mercados financeiros, controlo dos preços, domínio dos sectores públicos sobre a economia. Às novas interdependências criadas pela mundialização da economia e ao Ascenso do poderio de novos protagonistas, devia corresponder uma maior flexibilidade das economias nacionais, ou seja uma libertação das forças do mercado e da iniciativa privada. Assim, desregulação, privatização e redução da carga fiscal passaram a ser as palavras chave das políticas económicas convertidas ao liberalismo. (Adda, 1997, p. 99-100).

Juntamente com este novo arquétipo ideopolítico, também vêm à tona um novo modelo organizacional das empresas, dito mais flexível, convencionalmente denominado modelo toyotista. Foi com a disseminação do modelo taylorista-fordista que se adaptou a culturas e necessidade materiais diversas que surge o toyotismo. No Japão, na condição história de reconstrução pós-guerra, com poucos braços, havia necessidade de que a forma de gestão da produção fosse mais flexível, mais máquinas por homem, mais iniciativa, maior participação do trabalhador fornecendo idéias para a empresa, etc. Também as NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) foram grandes alicerces a este novo modelo organizacional. Este pareceu ser o modelo mais eficiente no momento de crise.

Logicamente que quando este novo modelo se generaliza também sofre influências das especificidades de cada país. O toyotismo nos EUA, por exemplo, é bem mais voraz com os trabalhadores que no Japão, ignorando, por exemplo, o emprego vitalício. Temos, portanto, que o surgimento deste novo modelo organizacional não significa que o anterior deixou de existir, trata-se de uma relação dialética de ruptura e continuidade. Há elementos que permanecem, porém sob novo formato, como por exemplo a questão da vigilância. Não há mais a figura do capataz, mas os trabalhadores são controlados pelas câmeras, pelos *softwares*, pelo novo layout das empresas, pelos seus colegas de equipe e até por si mesmos, já que são incisivamente motivados ao autocontrole e à autodisciplina.

Em termos ideológicos, surge a idéia de pós-modernidade, com novos conceitos que anunciam a morte de outros que prevaleciam até então. Isto está diretamente relacionado ao fim da URSS e à queda do muro de Berlim. É anunciado o fim da história, ou seja, não há alternativa ao capitalismo, ele é o último e mais avançado modo de produção que a humanidade poderia alcançar, por conseqüência, anuncia o fim das revoluções, a não ser a revolução interior dos sentimentos de cada indivíduo, o fim das classes sociais, e a emergência de uma sociedade altamente individualizada. Nas artes isto se repercute na idéia do subjetivismo. Assim, o que importa é o sentimento que a arte lhe proporciona e não materialidade da arte, o contexto histórico ou o conteúdo político desta.

Todas estas respostas à crise estrutural do capital ainda parecem ser pouco eficientes e não alcançam o patamar dos Trinta Gloriosos. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial que tem na concorrência um dos principais fatores de reversão da queda tendencialmente decrescente da taxa de lucro já viu decair o valor da força de trabalho, ratificada pelo crescente exército industrial de reserva, conseguiu rebaixar o valor do capital constante, porém não alcança a retomada desejada da taxa de lucro.

Outra opção neste sentido é investir parte dos lucros não produtivamente, mas virtualmente, ou seja, investir em capital fictício. É esta atividade misteriosa do dinheiro produzir dinheiro que tem atraído enormemente os investidores capitalistas, de forma a que esta última forma prevaleça sobre o capital produtivo. Este momento do capitalismo passa ser caracterizado como capitalismo de acumulação predominantemente financeira (Chesnais, 1996).

O problema advém do fato de que este tipo de valorização torna-se desmedida, principalmente a partir da década de 1990, não havendo correspondência real de riqueza material ao capital fictício. Por isso que afirmamos, seguindo a leitura de Chesnais (1996) que a autonomia do capital fictício não é senão relativa à produção real.

[...] “autônoma” porque ela tem a capacidade de se autogovernar, de exercer seu poder econômico e político, fazendo-os prevalecer, ela tem um grau de liberdade, de independência; ao mesmo tempo, é “relativa” em razão do fato, dialético por si mesmo, que está subordinada ao valor-trabalho, ao capital produtivo, fonte da riqueza no capitalismo. Então sua autonomia não é absoluta, o que significa dizer que aceitar um movimento diferenciado no capitalismo contemporâneo, onde o capital fictício desempenha sua função central, não anuncia uma “separação”

dos dois circuitos do capital (produtivo e financeiro). (Romero, 2008, p. 98).

O projeto neoliberal foi corroborador deste processo na medida em que as privatizações, aberturas comerciais e desregulações formam um tripé basilar na nova função do Estado, de servidor do mercado, principalmente, do mercado financeiro. Isto reforça a nossa tese de que o Estado neoliberal nada tem de Estado mínimo, impacta e sofre implicações diretas da esfera financeira de acumulação de capital.

A atual fase do capitalismo, aqui introduzida por nós, é referenciada por um processo de mundialização do capital. Neste sentido, nos apoiamos em Chesnais (1996) e Adda (1997) para diferenciar mundialização de globalização. A mundialização da economia, segundo Adda, representa muito mais do que a internacionalização da economia, trata-se de uma nova configuração do capitalismo mundial, “um processo de contornar, atenuar e, por fim, dismantelar as fronteiras físicas e regulares que constituem obstáculo à acumulação do capital à escala mundial” (p. 6). E Chesnais afirma que “o estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira” (p. 15).

No próximo item buscaremos demonstrar como as esferas produtiva e financeira se relacionam no processo de mundialização do capital de forma a reforçar o processo de acumulação ampliada.

As interconexões entre capital fictício e capital produtivo

A discussão do que seja capital fictício encontra-se esparsa em “O Capital” de Karl Marx, especialmente no livro III. Portanto, neste artigo, tomaremos por referência a definição dada por Sabadini (2009, p. 3), embasada na leitura da obra marxiana:

O capital fictício é, portanto, a forma de capital cujo valor deriva de um fluxo de renda correspondente a um capital já realizado, sobre a qual se aplica uma taxa de juros, de forma que o proprietário do capital começa a ganhar uma remuneração sem contrapartida em capital produtivo. Dessa forma, o desenvolvimento do capital fictício – caracterizado por diversos instrumentos financeiros como as ações, títulos públicos,

derivativos... – dissimula ainda mais as conexões com o processo real de valorização do capital, consolidando a imagem de que ele se valoriza por si mesmo, nas transações de compra e venda especulativas. Ele pode ser considerado como real-fictício ao mesmo tempo; real, pois o indivíduo recebe um lucro (fictício) por suas transações financeiras, portanto existe concretizado em algo real, mas que, enquanto coletividade – a qual pertence o conjunto dos capitalistas –, não produz substância associada ao valor-trabalho, portanto, fictício.

Mesmo que o capital fictício tenha maior autonomia com relação ao capital industrial que o capital portador de juros, não quer dizer que ele seja completamente independente desta esfera. A crise financeira das últimas décadas é expressão deste movimento, qual seja, o movimento especulativo (Sabadini, 2009).

Como já dito, principalmente a década de 1990, foi marcada por um processo de desregulação, privatizações e abertura de capitais. Grande parte das empresas não tem mais a figura do proprietário, do dono da empresa. Houve um processo de abertura de capitais que propicia a que instituições financeiras (especialmente fundos de pensões e fundos mútuos), bem como indivíduos possam ser proprietários de ações de uma ou várias empresas ao mesmo tempo. Ou seja, se desenvolve um processo de desintermediação bancária.

A vaga de desregulação financeira iniciada pelos Estados Unidos no início dos anos 80, que desde então alastrou à maior parte dos grandes países industrializados, está na origem da mutação profunda dos circuitos de financiamento e do ambiente financeiro nacionais e internacionais. Conjugados, a descompartimentação dos mercados monetários e financeiros, a imposição de controles de câmbios e desenvolvimento de inovações financeiras favoreceram um Ascenso da finança directa que põe em causa a função tradicional de intermediação dos bancos. (Adda, 1994, p. 154).

Desta forma, os bancos vêem os seus clientes mais tradicionais, as empresas, buscarem aplicações mais rentáveis que a poupança bancária, como é o caso dos fundos de aplicações. Neste sentido, por um lado, os bancos sofrem uma mudança de cultura, abandonando a prudência e se diversificando em atividades mais arriscadas e, por outro lado, são colocados em concorrência internacional enquanto inseridos na mundialização da economia.

Estes processos já garantem uma série de transformações no mercado financeiro em geral, bem como no interior das empresas. Como organizar a gestão empresarial para responder às demandas dos acionistas? O fato de ter

diversos indivíduos, bem como instituições como acionistas faz parecer que haverá uma quantidade enorme de conflitos sobre os rumos das empresas a partir desta nova configuração, entretanto, o objetivo de todos eles é o mesmo: a valorização das ações para obtenção de lucros fictícios.

Devido ao processo de liberalização ocorrido na década de 1990 ter levado a abusos de acionistas majoritários e de administradores financeiros das empresas, como foi o caso da Enron¹ nos Estados Unidos, tem havido uma enorme preocupação com relação ao que se denominou *corporate governance*. Em português, governança corporativa.

Andrade e Rossetti (2006, p. 71-2) apontam para cinco fatores que se destacaram no processo de despersonalização da propriedade das empresas, ou seja, do processo de pulverização das ações, que fizeram necessário um novo tipo de gestão: 1) a propriedade desligou-se da administração, ou seja, os fundadores das empresas deixaram de ser seus donos com o avanço das sociedades anônimas de capital aberto e o desenvolvimento do mercado de capitais, mudando a estrutura de poder nas empresas; 2) Os fundadores-proprietários foram sendo substituídos por executivos contratados; 3) Passou a haver conflito entre os agentes principais das corporações, seus acionistas, e os agentes condutores das operações, os executivos-chefes, já que estes últimos começam a criar estratégias para se auto-beneficiarem, com aumento dos próprios salários, por exemplo; 4) Várias inadequações e conflitos de interesse passaram a ser observados no interior das companhias; e 5) Somente através da adoção da governança corporativa é que foi possível reaproximar proprietários da gestão.

Deste modo a governança corporativa surge com o intuito de retomar as bases da empresa capitalista na atualidade, na mundialização do capital de cariz financeiro, já que “o máximo retorno total dos proprietários é um objetivo que pressupõe o controle dos conflitos e dos custos da agência” (Andrade; Rossetti, 2006).

¹ A Enron era a maior empresa americana no setor de energia e pediu falência em dezembro de 2001 com uma dívida de U\$ 13 bilhões. Segundo investigadores federais, a Enron criou parcerias com empresas e bancos para manipular o balanço financeiro e esconder débitos de até U\$ 25 bilhões. O lucro da empresa foi inflado artificialmente, de modo a fazer subir o valor de suas ações sem haver correspondência em riqueza real. (Folha Online, 27/05/2003).

Entendem-se como posturas essenciais para a boa governança a **integridade ética**, permeando todos os sistemas de relações internas e externas; o **senso de justiça**, no atendimento das expectativas e das demandas de todos os “constituintes organizacionais”; a **exatidão na prestação de contas**, fundamental para a confiabilidade na gestão; a **conformidade** com as instituições legais e com os marcos regulatórios dentro dos quais se exercerão as atividades das empresas; e a **transparência**, dentro dos limites em que a exposição dos objetivos estratégicos, dos projetos de alto impacto, das políticas e das operações das companhias não sejam conflitantes com a salvaguarda de seus interesses. (Andrade; Rossetti, 2006, p. 142-3).

Já Plihon (2004) afirma que há dois objetivos principais da governança corporativa: 1) maximizar o valor das participações financeiras, o que corresponde ao objetivo de “criação de valor acionário”, o que nós entendemos por lucros fictícios e 2) organizar um sistema de controle externo destinado a incitar os dirigentes das empresas a satisfazer os objetivos dos acionistas. Nada têm a ver com princípios humanos de ética ou senso de justiça. Estas seriam tentativas para “moralizar” as finanças modernas.

Nesse processo de desenvolvimento da predominância do capital financeiro nasceram “novos administradores”, “novos executivos”. Estes novos administradores se submetem à retórica neoliberal e conhecem os segredos da governança corporativa. O administrador-financeiro molda-se nos contornos dados pela finança e abusa da sua “virtualidade”. “Aliás, sua sensibilidade [dos administradores-financeiros] ao desempenho da Bolsa se desenvolveu à medida que uma parte crescente de sua remuneração passou a depender dela [...]” (SAUVIAT, 2005, p. 124). Este também é um dos fatores novos, os salários passam a ser em parte fixos e em parte variáveis. Em alguns casos a parte variável se refere somente à produtividade, em outros casos se refere ao fato de que os funcionários são incitados a comprar ações das empresas em que trabalham.

Esta nova categoria de administradores, portanto, deve ter por objetivo principal “criar valor acionário”, ou seja, impulsionar a extração de mais-valia de seus trabalhadores para gerar lucros fictícios. Há um processo de financeirização da gestão das empresas, entretanto, a meta principal é a mesma da empresa fordista: acumular capital pela extração de mais-valia.

A primazia do poder dos investidores institucionais vai além do fato de poderem se livrar de todo o compromisso financeiro que têm para com determinada empresa da noite para o dia. Eles detêm um poder mais amplo e

difuso, qual seja, o de avaliar publicamente as empresas com a ajuda de métodos e de instrumentos padronizados, sobrepondo o poder do acionista a qualquer outro interesse. Qual o papel do dirigente da empresa? Obedecer, afirma Sauviat (2005, p. 124), além de conhecer e se atualizar constantemente da linguagem e comunicação financeira. Confiando nestes administradores praticamente anônimos – Chesnais (1996) afirma que eles preferem que seja assim – e na governança corporativa, os acionistas assumem posturas cada vez mais passivas em relação aos novos administradores, investindo onde os resultados são mais positivos.

Inúmeras estratégias acompanham as mudanças nas corporações a fim de criar valor acionário. Segundo Plihon (2004), uma delas é a aplicação de um novo método de gestão que inclui o cálculo do EVA (*economic value added*), que corresponde ao lucro resultante da diferença das receitas menos todos os custos de operações e capitais empregados. Este indicador serve de alicerce para outras estratégias de maximização de lucros fictícios, tais como a aplicação da engenharia financeira, do processo de fusões e aquisições, bem como de terceirização e subcontratação.

As grandes vítimas desse processo, entretanto, foram os assalariados das empresas que estão nas mãos dos proprietários-acionistas, já que é contra eles que se exerce o novo poder administrativo que tem por fim atingir os resultados requeridos pelos financistas. Embora haja quem considere que o assalariado acionista – aquele que tem parte do salário vinculada à valorização das ações – representa uma reconciliação entre capital e trabalho, cuja visão otimista se dá no sentido de que os assalariados que também são acionistas obteriam certo poder sobre a política das empresas.

Surge o que Plihon (2004) denomina situação esquizofrênica: o assalariado acionista é um assalariado, que quer ter aumento de salário e manter seu emprego, mas é também acionista e portanto demanda um rendimento máximo de suas ações, o que tem por pré-condição o achatamento dos salários, a superexploração dos trabalhadores e os cortes da força de trabalho.

Outra contradição aparece em mais uma tentativa de moralizar o capitalismo financeiro, é o caso do ativismo acionário. A idéia é integrar à escolha do acionista valores sociais, filosóficos, culturais e ecológicos. Os acionistas são incentivados a comprar ações de empresas que valorizam o meio-ambiente e que

não utilizam trabalho infantil ou trabalho escravo, ou a tentar votar nas assembleias dos acionistas baseados nestes valores éticos, de forma a influenciar os comportamentos dos dirigentes dos conselhos administrativos. Entretanto, Plihon (2004) nos alerta mais uma vez: ética e desempenho financeiro não são compatíveis.

É possível observar também uma maior diferenciação de contratos nas empresas, quanto à qualificação, e quanto a parte do salário variável segundo produtividade, a contratação de pessoas jurídicas, subcontratação, trabalho por tempo determinado e tempo parcial. Ocorre, desta forma, certa individualização dos salários, exacerbando o individualismo dos trabalhadores que, apesar de serem colocados para trabalharem em equipe, estão, na verdade, em profunda concorrência. Vemos assim um processo de desmantelamento da solidariedade de classe e o aumento do estranhamento do trabalhador com relação ao seu trabalho e com relação aos demais trabalhadores.

Esta flexibilidade que se vê no trabalho é própria de uma organização do trabalho flexível, ou seja, o trabalho passa a ser tão fluido quanto o capital. São parte do “pacote” toyotista: o trabalho em equipe, círculo de controle de qualidade, busca constante da qualidade total, *kanban*, *just-in-time*, *lean production*, horizontalização do processo produtivo, busca constante por boas idéias que melhorem a “performance” do trabalho e reduzam custos das produção. Para tanto, as NTIC e a área de RH (Recursos Humanos) das empresas são de enorme relevância no processo de “captura” da subjetividade de seus trabalhadores.

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as conseqüências sobre o nível do emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas de juros. Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e ao máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de uma organização sindical. (Chesnais, 1996, p. 17).

Com todos estes exemplos e constatações refutamos as propostas de teóricos que atestam que a esfera financeira é totalmente autônoma com relação à esfera produtiva, e vemos o quanto estão imbricadas na atual fase do capitalismo mundial. A exemplo das ameaças da crise de 2008, temos que uma crise financeira maior potencializaria duas possibilidades: por um lado, suas conseqüências podem ser extremamente desastrosas para o mundo do trabalho ou, por outro lado, como aponta Lukács (2003) pode ser um avanço nos processo de consciência de classe, de modo a que os trabalhadores retomem a solidariedade perdida no processo, anunciando a vitória do trabalho sobre o capital.

Destarte, ratificamos a necessidade de que mais pesquisas se debrucem sobre esta relação entre capital fictício e capital produtivo, porque a realidade concreta progride neste sentido, e o desvendamento do fetichismo em torno do “dinheiro que produz dinheiro” é crucial para que haja uma resposta dos trabalhadores à voracidade do avanço da mundialização do capital.

Referência bibliográfica

- ADDA, Jacques. *A mundialização da economia: gênese*. Lisboa: Terramar, 1997.
- ADDA, Jacques. *A mundialização da economia: problemas*. Lisboa: Terramar, 1997.
- ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. São Paulo: Atlas, 2006.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício de Souza. Capital fictício y ganancias fictícias. In: *Revista Herramienta*, n. 37. Buenos Aires, marzo de 2008.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.
- _____. Trabalho Estranhado (extrato). In: *Idéias*, Campinas, 9 (2)/ 10 (1), 2002-2003, p. 455-472.
- PLIHON, Dominique. *Le nouveau capitalisme*. Paris: La Découverte, 2004.
- ROMERO, Daniel. (Org.) *Marx: sobre as crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Sundermann, 2009.

SABADINI, Maurício de Souza. *Capital fictício e efeitos sobre o mundo do trabalho*. Trabalho apresentado no Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, setembro/2009.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.